



ACÓRDÃO Nº 63/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11298/2016**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Codajás.
- 4- **Advogado:** Amanda Gouveia Moura – OAB/AM nº 7.222.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsável:** Sr. Carlos Alberto Farias de Freitas, Presidente e Ordenador de Despesas, à época.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 958/2017-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.275/282).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Codajás. Exercício 2015.

Regularidade com Ressalvas. Recomendação. Quitação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "a", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1 – Julgar** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Codajás, Exercício de 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Carlos Alberto Farias de Freitas**, Presidente e Ordenador de Despesas, à época, **Regular com Ressalvas**, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2 – Recomendar** à atual Administração da Câmara Municipal de Codajás que:

- a) dê ciência à servidora Leida Maria Furtado de Souza, para que, por iniciativa própria faça opção por um dos cargos ocupados por ela. E, caso, a servidora não faça opção, que instaure procedimento administrativo disciplinar visando apurar a responsabilidade da servidora pelo acometimento de acumulação irregular de cargos públicos;
- b) proceda à adoção de procedimentos visando inibir e detectar possíveis acúmulos de cargos/emprego/função;
- c) proponha lei de reajuste salarial dos servidores desse órgão, tendo o cuidado de atentar para o entendimento manifesto na Sumula Vinculante nº 16 do Supremo Tribunal Federal;



ACÓRDÃO Nº 63/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- d) tome as medidas necessárias visando a realização de concurso público para prover os cargos criados pela Lei municipal promulgada nº 330 de 29 de abril de 2014;
- e) atente para o cumprimento dos requisitos de formação e de competência quando da admissão de profissional para o cargo em comissão de Controlador Interno.

10.3 – Dar quitação ao Responsável, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002- TCE/AM:

10.4 – Determinar o arquivamento do presente processo.

11- Ata: 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 20 de Fevereiro de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral